

Demonstrações Financeiras

Fundação Romi

31 de dezembro de 2017
com Relatório do Auditor Independente

Fundação Romi

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do superávit	6
Demonstração do resultado (superávit) abrangente.....	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstração do fluxo de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Ao
Conselho de Administração
Fundação Romi
Santa Bárbara d'Oeste – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Fundação Romi (Entidade), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do superávit, do resultado (superávit) abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Romi em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem a resolução CFC 1.409/12 (ITG 2002) – Entidades sem finalidade de lucros.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras da Entidade para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório, em 20 de abril de 2017, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem a resolução CFC 1.409/12 (ITG 2002) – Entidades sem finalidade de lucros, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 26 de março de 2018

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Luís Alexandre Marini
Contador CRC-1SP182975/O-5

Fundação Romi

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em reais)

	Nota	2017	2016
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	236.539	15.774
Aplicações financeiras	3	37.811.745	36.292.993
Juros sobre capital próprio e dividendos a receber		200.111	-
Mensalidades escolares a receber	5	65.014	30.431
Outros		89.382	77.072
		38.402.791	36.416.270
Não circulante			
Aplicações financeiras	3	3.248.821	2.371.349
Ativos financeiros disponíveis para venda	4	10.828.202	3.585.963
Outros investimentos	3	2.918.239	2.918.239
Imobilizado	6	3.117.059	3.115.164
		20.112.321	11.990.715
Total do ativo		58.515.112	48.406.985

	Nota	2017	2016
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		39.209	47.083
Projetos educacionais e culturais vinculados	15	90.794	114.565
Salários e encargos sociais		323.863	304.643
Adiantamento de mensalidades escolares		112.909	98.824
Total do passivo		566.775	565.115
Patrimônio Social	7		
Superávit acumulado		49.373.697	46.509.468
Ajuste de avaliação patrimonial		8.574.640	1.332.402
Total do patrimônio social		57.948.337	47.841.870
Total do passivo e patrimônio social		58.515.112	48.406.985

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundação Romi

Demonstração do superávit
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em reais)

	Nota	2017	2016
Receitas			
Doações da mantenedora		895.080	849.373
Receitas financeiras		4.217.237	5.011.751
Mensalidades escolares	5	1.157.232	751.806
Juros sobre capital próprio e dividendos		200.111	1.435
Outras doações		396.149	457.330
Outras receitas		73.060	86.870
Trabalho Voluntário	2.12	133.252	127.368
Recursos incentivados e convênios			
Projeto Educação Patrimonial CEDOC – IPHAN		16.954	102.127
Projeto Judô Sócio Educativo		141.356	67.163
Projeto Vozes Barbarenses - FMC		2.323	6.096
Projeto Ninho Musical-PRONAC 150632		58.645	-
Projeto Trilhos e Trilhas		9.459	-
Projeto CEDOC Em Movimento		91.413	-
		7.392.271	7.461.319
Despesas			
Educação			
Educação Infantil			
Centro de Vivências do Desenvolvimento Infantil - CEDIN - Jardim I e II	13.1	(355.527)	(445.228)
Ensino Fundamental II			
Núcleo de Educação Integrada – NEI – 6º ao 9º ano	13.1	(2.525.843)	(2.186.678)
Proteção Social Básica			
Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos			
Programa de Bolsa Auxílio	13.2	-	(3.850)
Centro de Documentação Histórica - CEDOC	13.2	(740.132)	(667.143)
Estação Cultural	13.2	(457.510)	(403.171)
Outras Despesas:			
Trabalho Voluntário	2.12	(133.252)	(127.368)
Outras despesas diversas	14	(6.631)	(8.366)
Despesas com projetos incentivados e convênios			
Projeto Educação Patrimonial CEDOC – IPHAN		(16.954)	(102.127)
Projeto Judô Sócio Educativo		(141.356)	(67.163)
Projeto Vozes Barbarenses - FMC		(2.323)	(6.096)
Projeto Ninho Musical-PRONAC 150632		(58.645)	-
Projeto Trilhos e Trilhas		(9.459)	-
Projeto CEDOC Em Movimento		(84.170)	-
		(4.531.802)	(4.017.190)
Superávit operacional		2.860.469	3.444.129
Outros resultados			
Despesas financeiras		(6.707)	(6.549)
Resultado na alienação de bens do ativo imobilizado, recebidos em doação		10.467	247.598
		3.760	241.049
Superávit do exercício		2.864.229	3.685.178

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundação Romi

Demonstração do resultado (superávit) abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em reais)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Superávit do exercício	2.864.229	3.685.178
Outros componentes do resultado (superávit) abrangente		
Ajuste do valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda	7.242.238	1.153.133
Total do resultado (superávit) abrangente do exercício	<u>10.106.467</u>	<u>4.838.311</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundação Romi

Demonstração da mutação no patrimônio social
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em reais)

	Superávit acumulado	Ajuste de avaliação patrimonial	Total do patrimônio social
Saldo em 1º de janeiro de 2016	42.824.290	179.269	43.003.559
Superávit do exercício	3.685.178	-	3.685.178
Ajuste do valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda		1.153.133	1.153.133
Saldo em 31 de dezembro de 2016	46.509.468	1.332.402	47.841.870
Superávit do exercício	2.864.229	-	2.864.229
Ajuste do valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda	-	7.242.238	7.242.238
Saldo em 31 de dezembro de 2017	49.373.697	8.574.640	57.948.337

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundação Romi

Demonstração fluxo de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em reais)

	2017	2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	2.864.229	3.685.178
Ajustes para conciliar o superávit do exercício ao caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	197.170	170.879
Ganho na alienação do imobilizado recebido em doação	(10.467)	(247.598)
Variações nos ativos e passivos operacionais:		
Outros valores a realizar	(124.811)	(51.295)
Juros sobre capital próprio e dividendos a receber	(200.111)	30.373
Mensalidades escolares (NEI)	(34.583)	(22.181)
Fornecedores	(7.874)	(29.971)
Projetos culturais vinculados	(23.771)	(48.951)
Salários e encargos sociais	19.220	54.525
Adiantamento de mensalidades escolares	14.085	25.774
Aplicações financeiras e outros investimentos	(2.283.724)	(3.634.133)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	409.363	(67.400)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(203.021)	(190.734)
Outras imobilizações	-	(1.546)
Alienação do imobilizado recebido em doação	14.423	249.381
Caixa aplicado nas atividades de investimento	(188.598)	57.101
Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa	220.765	(10.299)
Caixa e equivalentes de caixa - no início do exercício	15.774	26.073
Caixa e equivalentes de caixa - no fim do exercício	236.539	15.774

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundação Romi

Notas explicativas às demonstrações

31 de dezembro de 2017

(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Fundação Romi (“Fundação” ou “Entidade”), constituída em 29 de junho de 1957, com sede em Santa Barbara d’Oeste, no estado de São Paulo, é uma entidade beneficente de educação e assistência social, declarada de utilidade pública federal (decreto 655 de 8 de março de 1962), estadual (decreto 35.527 de 19 de setembro de 1959) e municipal (decreto 6001 de 3 de novembro de 2011), registrada no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) conforme processo nº 123.390/60, Entidade Filantrópica, processo 81.603/62, é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), renovado periodicamente, sendo o mais recente válido para o período de 1º de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2012, conforme Portaria 1397 de 30 de novembro de 2012 publicada no DOU de 3 de dezembro de 2012, prorrogada para 31 de dezembro de 2014 conforme Portaria 158 de 13 de novembro de 2013, tendo sido requerida sua renovação tempestivamente para o triênio de 2015/2017, conforme requerimento datado de 27 de novembro de 2014 e protocolado no Ministério da Educação (MEC) em 27 de novembro de 2014. Em 20 de setembro de 2016, foi encaminhada e recepcionada pelo MEC (protocolo de 21 de setembro de 2016) a prestação de contas em atendimento a manutenção do CEBAS-Educação, o qual continua com o status “em análise” junto ao MEC. Em 28/11/2017 foi encaminhada nova prestação de contas anual ao MEC para a manutenção do CENAS/Educação.

Em 29/12/2017 o MDS publicou no DOU a portaria 204 de 28/12/2017, onde equivocadamente indeferiu a concessão do CEBAS. Após análise dos relatórios do pedido de renovação do CEBAS, protocolado, tempestivamente, em 27/11/2014 no MEC, conforme citado no parágrafo anterior, o qual foi encaminhado ao MDS pelo MEC, por conta do ano de 2013 a Fundação Romi ainda estar vinculada a Assistência Social, por falta do documento probatório da inscrição no CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social de Santa Bárbara d’Oeste, o qual encontrava-se anexado ao processo. Em 19/01/2018, a Fundação Romi encaminhou recurso de defesa com a sua manifestação de que o MDS havia se equivocado ao não reconhecer a certidão de inscrição no CMAS emitida em 16/09/2011 com validade por tempo indeterminado, validade esta prevista em legislação do CMAS, apresentando novamente tal documento e acrescentando outra certidão de validade para o período de 27/11/2012 a 26/11/2015 a qual fora emitida em 27/11/2012 e encontrava-se arquivada no CMAS sem que a Fundação Romi tivesse conhecimento. Considerando todo o exposto acima, de acordo com a opinião da consultoria jurídica da entidade, fica o entendimento de que a Fundação Romi tem plenas condições de ter seu indeferimento revogado, conforme pedido feito no referido recurso impetrado junto ao MDS.

Considerando que todos os requisitos legais para a renovação foram atendidos, a Administração da Entidade entende estar amparada legalmente para continuar operando com a isenção da cota patronal, SAT e terceiros.

Fundação Romi

Notas explicativas às demonstrações--Continuação
31 de dezembro de 2017
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

A Entidade tem por objetivo estatutário manter escolas de educação infantil, ensino fundamental e médio, assistir a população carente, em situação de vulnerabilidade e riscos, especialmente crianças e adolescentes, a fim de preservar seus direitos fundamentais, satisfazer suas necessidades básicas e desenvolver integralmente suas potencialidades cidadãs e promoção do desenvolvimento social e cultural da cidade de Santa Bárbara d'Oeste e região. A vulnerabilidade é entendida na forma pluridimensional que envolve, além da questão econômica, o suporte familiar, as condições de saúde, a qualidade educacional e cultural, as relações afetivas e de compromisso com o meio em que vive. Ao trabalhar para a acessibilidade a uma educação de qualidade, aos bens culturais, à integração comunitária, minimizam-se as carências, tornando essa população alvo menos vulnerável aos riscos sociais.

A Entidade conta com um Fundo Patrimonial, composto pelos recursos das disponibilidades em aplicações financeiras de curto, médio e longo prazo e dos investimentos em ativos financeiros disponíveis para venda, para assegurar a perpetuidade da causa expressa no seu objeto social (acima), o qual está evidenciado no artigo 7º, dos Estatutos Sociais, cujo o item IV estabelece que o montante a ser aplicado anualmente até o limite de 10% do Fundo Patrimonial apurado em trinta de novembro do ano anterior.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho Deliberativo da Entidade e autorizadas para emissão em 26 de março de 2018.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e sumário das principais práticas contábeis

2.1. Declaração de conformidade

Na preparação de suas demonstrações financeiras, a Entidade adotou as práticas contábeis definidas na legislação societária brasileira aplicáveis às entidades sem fins lucrativos e fundações, as quais incluem a ITG 2002 (R1), aprovada pela Resolução nº 1.409, de 21 de setembro de 2012 e revisada em 21 de agosto de 2015, emitida e aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade.

2.2. Bases para elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade e foram elaboradas com base no custo histórico e ativos financeiros disponíveis para venda, exceto se indicado de outra forma, conforme práticas contábeis descritas a seguir:

Fundação Romi

Notas explicativas às demonstrações--Continuação
31 de dezembro de 2017
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e sumário das principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Não há outros pronunciamentos ou interpretações de CPCs vigendo a partir de 2016, que poderiam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Entidade.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa e os depósitos bancários, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa, quando aplicável. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos", no passivo circulante, quando aplicável.

2.5. Aplicações financeiras

Os investimentos em aplicações financeiras são caracterizados como títulos disponíveis para venda e mensuradas pelo seu valor justo. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição destas aplicações financeiras são adicionados ao montante original.

2.6. Ativos financeiros

a) Classificação

A Entidade classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

a.1) *Empréstimos e recebíveis*

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Entidade compreendem "Caixa e equivalentes de caixa" (Nota 2.4) e "Valores a receber da mantenedora".

Fundação Romi

Notas explicativas às demonstrações--Continuação
31 de dezembro de 2017
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e sumário das principais práticas contábeis--Continuação

2.6. Ativos financeiros--Continuação

a) Classificação--Continuação

a.2) *Ativos financeiros disponíveis para venda*

Os ativos financeiros disponíveis para venda são não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Eles são apresentados como ativos não circulantes, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço (Nota 4).

2.6.1. Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os ativos financeiros disponíveis para venda são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

As variações no valor justo de títulos monetários e não monetários, classificados como disponíveis para venda, são reconhecidas no patrimônio. Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra.

Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio, são incluídos na demonstração do resultado como "Receitas e despesas financeiras".

Os dividendos de instrumentos de patrimônio líquido disponíveis para venda (ações) são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas, quando é estabelecido o direito da Entidade de receber dividendos.

2.7. Imobilizado

Está registrado ao custo de aquisição, formação ou construção. As doações de bens para imobilização são contabilizadas pelo seu respectivo valor de mercado, tendo como contrapartida, receita no resultado. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada dos bens, exceto os bens considerados como obra de arte ou antiguidade.

Fundação Romi

Notas explicativas às demonstrações--Continuação
31 de dezembro de 2017
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e sumário das principais práticas contábeis--Continuação

2.8. Provisão para recuperação dos ativos a longo prazo

A Administração revisa o valor contábil dos ativos a longo prazo, principalmente o imobilizado a ser mantido e utilizado nas operações com o objetivo de determinar e avaliar sua deterioração em bases periódicas e efetua o registro da perda de valor, se aplicável.

2.9. Apuração do superávit

As doações e contribuições espontâneas e sem destinação específica para programas e projetos são reconhecidas como receitas quando recebidas. As verbas recebidas pela Entidade direcionadas à execução de projetos sociais de cunho educacional ou cultural, bem como a receita financeira resultante da aplicação destes recursos antes de sua alocação aos referidos projetos, são reconhecidas como na rubrica "Projetos Educacionais e Culturais Vinculados", no passivo, e apropriadas ao resultado à medida que os gastos relacionados aos projetos são incorridos, conforme Nota 15. A totalidade das despesas é reconhecida pelo regime de competência.

2.10. Provisões

Provisões são reconhecidas quando um evento passado gera uma obrigação legal ou implícita, exista a probabilidade provável de uma saída de recursos, e o valor da obrigação pode ser estimado com segurança.

2.11. Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer da Administração da Entidade o uso de estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas registrados, bem como a divulgação das demonstrações financeiras. Os resultados efetivos dessas transações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem divergir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro da depreciação e amortização.

Fundação Romi

Notas explicativas às demonstrações--Continuação
31 de dezembro de 2017
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e sumário das principais práticas contábeis--Continuação

2.12. Trabalho Voluntariado

De acordo com a revisão da ITG 2002 (R1) - Entidades sem fins lucrativos, de 21 de agosto de 2015 (DOU de 02.09.2015), item 19, a receita e o respectivo custo dos trabalhos voluntários, referente aos membros dos conselhos deliberativo e fiscal e os demais voluntários do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, estão sendo reconhecidos pelos seus valores justos na demonstração do superávit.

3. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Caixa e equivalentes de caixa	<u>236.539</u>	15.774
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>236.539</u>	15.774
Fundos referenciados DI (a)	3.131.952	3.337.184
Fundos multimercado (a)	5.795.098	6.102.505
Fundos de renda fixa (a)	32.133.517	29.224.653
Outros investimentos (b)	<u>2.918.239</u>	2.918.239
Total de aplicações financeiras	<u>43.978.806</u>	41.582.581
Classificado como:		
Circulante	37.811.745	36.292.993
Não circulante	<u>6.167.061</u>	5.289.588
	<u>43.978.806</u>	41.582.581

(a) As aplicações financeiras estão representadas principalmente por cotas de fundos, sendo que estes, pulverizados em suas estratégias, apresentam de forma preponderante, mas não exclusiva, em suas carteiras: títulos públicos da dívida federal, títulos pós-fixados referenciados em DI (depósito interbancário) ou índices de preços (NTN-B), CDBs (certificados de depósito bancário) atrelados ao CDI (certificado de depósitos interbancários), letras financeiras de grandes bancos nacionais, debêntures, taxas de juros e inflação, contratos de índices, moedas, ações, sendo todos, registrados a preços e taxas de mercado, em ambientes certificados legais e autorizados (CETIP, CBLC, bancos custodiantes) e estão registradas por seus respectivos valores justos.

(b) Referem-se à aplicação financeira de longo prazo com expectativa de recebimento por meio da alienação do imóvel dado em garantia nos certificados de recebíveis imobiliários o qual se mantém estável no valor atribuído de R\$2.918.239 (R\$2.918.239 em 2016).

Fundação Romi

Notas explicativas às demonstrações--Continuação
31 de dezembro de 2017
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros referem-se a ações de Indústrias Romi S.A. foram caracterizados, para fins de reconhecimento e mensuração, como disponíveis para venda. Portanto, o ajuste a valor de mercado desse ativo tem como contrapartida a rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial", no patrimônio social, até a sua realização R\$10.828.202 (R\$3.585.963 em 2016).

A seguir a demonstração do cálculo do valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda das ações da Indústrias Romi S.A.:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Indústrias Romi S.A.:		
Quantidade de ações ordinárias nominativas (participação equivalente a aproximadamente 2,24%) – unidades	1.406.260	1.406.260
Valor da ação no último dia útil do exercício findo em 31 de dezembro	7,70	2,55
	<u>10.828.202</u>	<u>3.585.963</u>

5. Mensalidades escolares

A Entidade possui mensalidades escolares a receber no montante de R\$65.014 (2016 – R\$30.431).

Apresentamos a seguir as receitas com as mensalidades escolares, bolsas concedidas e os descontos praticados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Mensalidade - Núcleo de Educação Integrada (NEI)	2.185.260	2.263.608
Bolsa Legal 100% - Lei 12101/2009 - NEI	(692.230)	(980.980)
Bolsa Legal 50% - Lei 12101/2009 - NEI	(87.395)	(41.580)
Bolsa Convenção (Acordo Coletivo de Trabalho) - NEI	(18.480)	(18.480)
Desconto Promocional - NEI	(229.923)	(469.414)
Mensalidade Cancelada - NEI	-	(1.348)
Subtotal - NEI	<u>1.157.232</u>	<u>751.806</u>
Mensalidade - Centro de Vivência do Desenvolvimento Infantil (CEDIN)	433.280	479.732
Bolsa Legal 100% - Lei 12101/2009 – CEDIN	(411.840)	(473.753)
Bolsa Convenção (Acordo Coletivo de Trabalho) - CEDIN	(21.440)	(4.220)
Desconto Promocional - CEDIN	(21.440)	(1.759)
Subtotal - CEDIN	<u>-</u>	<u>-</u>
Total líquido das receitas com mensalidades escolares do NEI e CEDIN	<u>1.157.232</u>	<u>751.806</u>

Fundação Romi

Notas explicativas às demonstrações--Continuação
31 de dezembro de 2017
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Imobilizado

	Taxa anual de depreciação (%)	2017	2016
Edificações	4	3.179.819	3.179.819
Máquinas e equipamentos	10	21.928	21.928
Móveis e utensílios	10	953.686	923.330
Veículos	20	144.895	144.895
Pátios	10	175.185	175.185
Equipamentos de informática	20	746.840	756.451
Outras imobilizações		1.039	1.546
		5.223.392	5.203.154
Depreciação acumulada		(3.841.571)	(3.823.228)
		1.381.821	1.379.926
Terrenos		1.735.238	1.735.238
		3.117.059	3.115.164

Segue abaixo a movimentação do ativo imobilizado:

	2017	2016
Saldo em 1º de janeiro	3.115.164	3.095.546
Adições	203.021	192.280
Baixas	(3.956)	(1.783)
Depreciação	(197.170)	(170.879)
Saldo em 31 de dezembro	3.117.059	3.115.164

7. Patrimônio social

As receitas da Entidade são empregadas integralmente nos seus objetivos sociais. De acordo com previsão estatutária, Capítulo VIII - Artigo 24, na eventual extinção da Fundação, o patrimônio social remanescente será destinado a uma instituição congênere ou afim, com sede e atividades preponderantes no Estado de São Paulo, preferencialmente no município de Santa Bárbara d'Oeste ou na região do município, que esteja devidamente registrada no Conselho Nacional de Assistência Social ou, na sua falta, a entidade pública, conforme for fixado pelo Conselho Deliberativo, ouvido o Ministério Público.

Fundação Romi

Notas explicativas às demonstrações--Continuação
31 de dezembro de 2017
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Plano de previdência complementar

A Entidade mantém contratado um plano de previdência privada aberta complementar, com uma entidade aberta de previdência privada devidamente autorizada, em vigor desde 1º de outubro de 2000, destinado a todos os seus empregados, nas modalidades de Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL) e Fundo Gerador de Benefícios (FGB), ambos da modalidade de contribuição definida.

A natureza do plano permite que a Entidade, a qualquer momento, o suspenda ou descontinue suas contribuições de forma permanente. O custeio desse plano é suportado pela Entidade e pelos participantes, de acordo com o tipo de benefício ao qual são elegíveis. O montante de contribuições efetuadas pela Entidade em 2017 foi de R\$4.543 (R\$36.120 em 2016).

9. Cobertura de seguros (não auditado)

Em 31 de dezembro de 2017, a Entidade possuía cobertura de seguros contra incêndios e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado. Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas e a Administração estima que são suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo imobilizado, determinados por especialistas.

10. Instrumentos financeiros

A Entidade mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento das demonstrações financeiras, os quais se aproximam do seu valor de mercado.

11. Aspectos fiscais

A Entidade, na condição de entidade beneficente de assistência social, portadora do CEBAS – Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, conforme item 1 – Contexto Operacional goza da imunidade tributária, no que se refere ao seu patrimônio social, renda e serviços para o desenvolvimento de seus objetivos, atendendo aos requisitos legais que assegurem esta imunidade, a qual sujeita à inspeção e aceitação pelas autoridades competentes por períodos variáveis de tempo e a eventuais lançamentos adicionais.

Fundação Romi

Notas explicativas às demonstrações--Continuação
31 de dezembro de 2017
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Isenções usufruídas

Em atendimento à Lei 12.868/2013 que alterou a Lei 12.101/09 e ao Decreto 8.242/2014 que substitui o Decreto 7.237/10, os valores devidos relativos a isenções referentes à contribuição previdenciária (cota patronal), SAT e terceiros garantidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 totalizam R\$595.531 (R\$527.339 em 2016).

13. Investimentos educacionais e sociais

As informações relativas aos números de atendimentos foram obtidas dos controles internos definidos pela Entidade para tal finalidade. Considerando que essas informações são de natureza gerencial, portanto não sujeitas a procedimento de auditoria, as mesmas devem ser identificadas como decorrentes de controles internos julgados adequados pela administração da Entidade.

	2017		2016	
	Atendimentos (não auditado)	Valor investido	Atendimentos (não auditado)	Valor investido
13. – DESPESAS/CUSTOS TOTAIS	-	4.079.010	-	3.706.070
13.1. – EDUCAÇÃO				
13.1.1. – EDUCAÇÃO INFANTIL				
13.1.1.1. - Centro de Vivências do Desenvolvimento Infantil – CEDIN				
CEDIN, escola de educação infantil do ensino regular, com capacidade de atendimento de 120 crianças de 4 e 5 anos, jardim I e II, em período integral, voltada para crianças em situação de vulnerabilidade e risco social. A escola conta com a parceria da Prefeitura Municipal, através da Secretaria Municipal de Educação de Santa Bárbara d'Oeste, SP. Projeto com Convênio encerrado em 31/12/2017.				
Custo da Escola	-	355.527	-	445.228
Alunos beneficiados	109	-	112	-
13.1.2. – ENSINO FUNDAMENTAL II				
13.1.2.1. – Núcleo de Educação Integrada – NEI				
NEI, escola regular de ensino Fundamental II, em período integral, num ambiente de educação integrada, de convivência, aprendizagem e interação social, capaz de promover o seu desenvolvimento cognitivo, emocional e relacional. Ao habilitá-los, através de desafios, busca-se uma aprendizagem contínua e formação geral de seus alunos				
Custo da Escola	-	2.525.843	-	2.186.678
Alunos beneficiados	236	-	242	-
13.2.1. - Programa de Bolsa Auxílio				
Este Programa foi descontinuado a partir de 2014, tendo seus últimos beneficiários ingressados em 2013, os quais terão suas bolsas garantidas até o final do curso em 2016. Projeto descontinuado em 31/12/2016.				
Despesas com o Projeto	-	-	-	3.850
Beneficiados pelo Projeto	-	-	1	-

Fundação Romi

Notas explicativas às demonstrações--Continuação
31 de dezembro de 2017
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Investimentos educacionais e sociais--Continuação

	2017		2016	
	Atendimentos (não auditado)	Valor investido	Atendimentos (não auditado)	Valor investido
13.2.2. - Centro de Documentação Histórica – CEDOC				
O Centro de Documentação Histórica é um espaço de guarda do acervo documental relativo ao patrimônio histórico da cidade e região, onde os frequentadores podem observar e vivenciar os trabalhos do Arquivo, assim como participar da mediação e relação do público com o acervo. Além do processamento técnico que permite o conhecimento histórico, tem na Educação Patrimonial, o seu projeto mais relevante, o acesso de estudantes, do município e região, a todo esse processo da construção do conhecimento e do elo afetivo com o meio onde vive e a ampliação do universo cultural. O envolvimento afetivo com a história de Santa Bárbara d'Oeste e região permite uma atenção maior da comunidade no que diz respeito à sua participação no destino do seu município.				
Custo do Projeto	-	740.132	-	667.143
Educação Patrimonial - participantes	7.410	-	6.857	-
Pesquisas diretas e on-line	6.400	-	7.894	-
Visitas monitoradas e espontâneas	1.020	-	2.712	-
Eventos de Celebração dos 60 anos da Fundação Romi	6.700	-	-	-
Total de beneficiados no CEDOC	21.530	-	17.463	-
13.2.3. - Estação Cultural				
Resultado da revitalização da antiga estação ferroviária de Santa Bárbara d'Oeste, inaugurado em 14/12/2007, o centro cultural consolidando-se como referência de desenvolvimento social e formação cultural no município e região. Por meio de ações sociais, atividades sócio educativas e eventos voltados a comunidade, com o objetivo de elevar o seu status social e cultural, possibilitando um olhar mais amplo das diferentes situações de vulnerabilidade social e formas de combatê-las.				
Custo do Projeto	-	457.510	-	403.171
Oficinas Culturais – formação e geração de renda - beneficiados	551	-	587	-
Teatro na Estação – formação de público - participantes	-	-	1.510	-
Música na Estação - formação de público - participantes	5.660	-	3.810	-
Dança na Estação - formação de público - participantes	245	-	-	-
Literatura na Estação - formação de público - participantes	1.110	-	-	-
Projeto Ninho Musical - Ministério da Cultura - PRONAC 150632 - beneficiados	152	-	-	-
Virada Cultural Paulista - evento Secr. Cultura SP e parceria Secretaria de Cultura de SBO - participantes	3.400	-	5.000	-
Projeto Judô Sócio Educativo - beneficiados	233	-	77	-
Projeto Capoeira Socioeducativa	96	-	-	-
Encontros, Feiras e Exposições – beneficiados/ participantes	2.951	-	2.195	-
Eventos diversos - participantes	-	-	330	-
Visitas espontâneas	848	-	1.702	-
Total de participantes/beneficiados da Estação Cultural	15.246	-	15.211	-
Total de Investimento Educacional e Social	37.121	4.079.010	33.029	3.706.070

Fundação Romi

Notas explicativas às demonstrações--Continuação
31 de dezembro de 2017
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Outras despesas diversas

Despesas tributárias, com seguros e despesas diversas no montante de R\$6.631 (2016 R\$8.366).

15. Projetos educacionais e culturais vinculados

Projeto CEDOC - História Local Como Elemento de Cultura e Cidadania – IPHAN – 2014

Projeto de Educação Patrimonial aprovado pelo MinC – Ministério da Cultura e IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional pelo Edital do FNC – Fundo Nacional de Cultura/2012 no valor de R\$247.500, com convênio assinado em 2 de dezembro de 2013 e execução no período de setembro de 2014 a setembro de 2017. Em 2014, utilizou-se o valor de R\$21.460, em 2015 foi utilizado R\$91.058, em 2016 R\$102.127 e em 2017 utilizou-se R\$16.954.

Projeto CEDOC – IPHAN – 2014

Recursos recebidos no exercício de 2014	159.886
Rendimentos financeiros auferidos no exercício de 2014	1.736
Valor utilizado no exercício de 2014	<u>(21.460)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2014	140.162
Recursos recebidos no exercício de 2015	87.614
Rendimentos financeiros auferidos no exercício de 2015	8.015
Valor utilizado no exercício de 2015	<u>(91.058)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2015 (i)	144.733
Rendimentos financeiros auferidos no exercício de 2016	8.781
Valor utilizado no exercício de 2016	<u>(102.127)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016 (ii)	51.387
Rendimentos financeiros auferidos no exercício de 2017	1.786
Valor utilizado no exercício de 2017	(16.954)
Valor Devolvido ao projeto	<u>(36.219)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017 (iii)	<u>-</u>

Projeto Judô Socioeducativo – Prefeitura Municipal – Promoção Social - 2015

Projeto realizado pela Associação Paulo Alvim de Judô de Atibaia (APAJA) em parceria com a Fundação Romi através do convênio firmado com a Secretaria Municipal de Promoção Social de Santa Bárbara d'Oeste, execução no período de janeiro de 2015 a junho de 2016, recebeu em 2015 R\$66.000 e utilizou R\$64.611, em 2016 recebeu R\$66.000 e utilizou-se R\$67.163, em 2017 recebeu um montante de R\$144.000 e utilizou-se R\$141.356.

Fundação Romi

Notas explicativas às demonstrações--Continuação
31 de dezembro de 2017
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Projetos educacionais e culturais vinculados--Continuação

Projeto Judô Socioeducativo – Prefeitura Municipal – Promoção Social – 2015--Continuação

Projeto Judô Socioeducativo – Pref. Munic. Promoção Social - 2015	
Recursos recebidos no exercício de 2015	66.000
Rendimentos financeiros auferidos no exercício de 2015	82
Valor utilizado no exercício de 2015	<u>(64.611)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2015 (i)	1.471
Recursos recebidos no exercício de 2016	66.000
Rendimentos financeiros auferidos no exercício de 2016	115
Contrapartida do proponente para encargos bancários	21
Valor utilizado no exercício de 2016	<u>(67.163)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016 (ii)	444
Recursos recebidos no exercício de 2017	144.000
Rendimentos financeiros auferidos no exercício de 2017	926
Contrapartida do proponente para encargos bancários	
Valor utilizado no exercício de 2017	<u>(141.356)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017 (iii)	<u>4.014</u>

Projeto Vozes Barbarenses – FMC - 2016

“Vozes Barbarenses”, projeto viabilizado através do Concurso de Projetos Culturais nº 01/2015 da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Santa Bárbara d'Oeste, conforme Contrato nº 125/2016 (Processo Administrativo nº 2015/141-03-07) de 28 de abril de 2016 e cuja verba, de R\$ 8.419, provém do Fundo Municipal de Política Cultural. Em 2016 utilizou-se R\$ 6.096 do recurso e em 2017 utilizou-se R\$ 2.323 do recurso.

Projeto Vozes Barbarenses - FMC	
Recursos recebidos em 24 de junho de 2016	8.419
Valor utilizado no exercício de 2016	<u>(6.096)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016 (ii)	2.323
Valor utilizado no exercício de 2017	<u>(2.323)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017 (iii)	<u><u>-</u></u>

Fundação Romi

Notas explicativas às demonstrações--Continuação
31 de dezembro de 2017
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Projetos educacionais e culturais vinculados--Continuação

Projeto Ninho Musical Pronac 150632

Projeto de formação de músicos para orquestra, aprovado pelo MinC – Ministério da Cultura através da Lei Rouanet (Lei 8313/1991) pela Portaria 315 de 02/06/2015 (DOU 03/06/2015) no valor de R\$149.279, com captação parcial de R\$60.000, através de patrocínio da empresa CCR – Concessionária do Sistema Anhanguera Bandeiras S.A. em 10/2016. Iniciou suas atividades em 1º de janeiro de 2017 e utilizou o montante de R\$58.645.

Recursos recebidos em 26 de outubro de 2016	60.000
Rendimentos financeiros auferidos no exercício de 2016	<u>411</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016 (ii)	60.411
Recursos recebidos em 28 de dezembro de 2017	60.000
Rendimentos financeiros auferidos no exercício de 2017	2.184
Valor utilizado no exercício de 2017	<u>(58.645)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017 (iii)	<u><u>63.950</u></u>

Projeto CEDOC em Movimento - 2017

Projeto de Educação Patrimonial realizado através de convenio com a Caixa Econômica Federal assinado em abril de 2017 no valor de R\$200.000,00. O recurso é proveniente do Programa CAIXA de Apoio ao patrimônio Cultural Brasileiro 2017/2018, a realizar-se no período de 03/04/17 a 28/12/2018. O objetivo do projeto é realizar ações educativas direcionadas aos educadores, aos estudantes e à comunidade de Santa Bárbara d'Oeste e região, beneficiando aproximadamente 35.000, em 2017 utilizou-se R\$91.412 do recurso.

Recursos recebidos no exercício de 2017	113.170
Rendimentos financeiros auferidos no exercício de 2017	1.071
Valor utilizado no exercício de 2017	<u>(91.412)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u><u>22.829</u></u>

Projeto Trilhos e Trilhas - 2017

Conselho Municipal de Política Cultural - 2017

Projeto em comemoração aos 100 anos do prédio da antiga estação ferroviária, aprovado e contratado pela Prefeitura Municipal de Santa Bárbara d'Oeste, através do Concurso nº 02/2016 do Conselho Municipal de Política Cultural, com recurso do Fundo Municipal de Política Cultural. Processo Administrativo nº 2016/354-03-07, contrato nº 34/2017 assinado em 03 de abril de 2017 no valor de R\$9.460, e execução no período de junho a dezembro de 2017, em 2017 utilizou-se R\$9.459 do recurso.

Fundação Romi

Notas explicativas às demonstrações--Continuação
31 de dezembro de 2017
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Projetos educacionais e culturais vinculados--Continuação

Projeto Trilhos e Trilhas – 2017--Continuação

Conselho Municipal de Política Cultural - 2017--Continuação

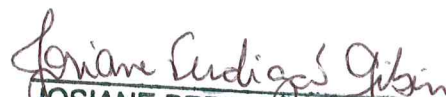
Recursos recebidos no exercício de 2017	9.460
Valor utilizado no exercício de 2017	<u>(9.459)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>1</u>
Total de projetos educacionais e culturais vinculados em 31 de dezembro de 2016 (i)	<u>114.565</u>
Total de projetos educacionais e culturais vinculados em 31 de dezembro de 2017 (ii)	<u>90.794</u>

16. Contingências

A Entidade possui processo cível no montante de R\$249.768, para o qual a administração apoiada por seus consultores jurídicos entende que a probabilidade de perda é possível. Nenhuma provisão foi constituída.


FUNDAÇÃO ROMI

WAINER JOAO PENATTI


JOSIANE PERDIGÃO GIBIN
Contadora CRC 1SP202148/O-8
CPF: 278.895.688-60